

**MÍDIA, MOVIMENTO PASSE LIVRE E CIDADANIA:
A COBERTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE AS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Media, The Free Pass Movement and Citizenship: the coverage of the State of São Paulo on the demonstrations of June 2013

Leonardo Vasconcelos de ARAÚJO¹; Mário Helder de Sousa ALVES FILHO²; Márcia Vidal NUNES³

Resumo: O artigo aborda a cobertura que o jornal O Estado de S. Paulo fez sobre a atuação do Movimento Passe Livre nos protestos de rua na capital paulista, em junho de 2013, após o aumento das tarifas de ônibus e trens em vinte centavos. A análise recai sobre as matérias publicadas na seção Metrôpole, destinada à cobertura da região da Grande São Paulo, entre os dias 7 e 24 de junho de 2013. O intuito é perceber como se deu a cobertura ao longo dos dias, sobretudo após as manifestações terem-se expandido pelo Brasil, e o eventual espaço dedicado pelo jornal para que os membros do Movimento Passe Livre (MPL) expusessem suas reivindicações e suas posições sobre os episódios de violência ocorridos nos protestos, ou seja, se a evolução dos protestos e a atuação do MPL agendaram a pauta jornalística do presente veículo.

Palavras-chave: mídia; movimentos sociais; manifestações.

Abstract: The article discusses the coverage that the newspaper O Estado de S. Paulo made on the role of Free Pass Movement in street protests in the state capital, in June 2013, after the increase in bus fares and trains at twenty cents. The analysis rests on the material published in Metropolis section, intended to cover the Greater São Paulo region, between 7 and 24 June 2013. The aim is to understand how was the coverage throughout the day, especially after the

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), email: rainndogg@gmail.com. Graduado em Direito pela UFC em 2011. Integrante do Coletivo Urucum - Direitos Humanos, Comunicação e Justiça.. Integra o grupo de pesquisa em Mídia, Cultura e Política da UFC.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) email: mariohelderfilho@yahoo.com.br. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha com as temáticas de Mídia, Cidadania e Movimentos Sociais, Política e Sociologia. Integra o grupo de pesquisa em Mídia, Cultura e Política da UFC.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, email: marciavn@hotmail.com. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará (1983). Mestrado (1991) e Doutorado (1998) em Sociologia pela UFC. Coordenadora do grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Política e trabalha com mídia, cidadania e movimentos sociais.

manifestations have expanded by Brazil, and the eventual space dedicated by the newspaper, so that members of the MPL expose their claims and their positions on the episodes of violence in the protests, ie the evolution of the protests and the actions of the MPL scheduled journalistic agenda of this vehicle.

Keywords: media; social movements; manifestations.

Introdução

Em 2013, o país foi tomado por uma onda de manifestações que começou na cidade de São Paulo na quinta-feira do dia 6 de junho de 2013, após a prefeitura da capital e o governo do Estado terem reajustado as tarifas de ônibus, trens e metrô em vinte centavos. Estes protestos eram encabeçados pelo Movimento Passe Livre.

Logo nos primeiros dias de protestos em São Paulo, foram registrados atos de depredações em estações do metrô, além de barricadas formadas em algumas ruas do centro da cidade por manifestantes. Ao mesmo tempo, a polícia militar procurou conter excessos nas manifestações, mas o que se viu foi um despreparo das forças policiais em lidar com a situação e uma repressão a manifestantes e a profissionais da imprensa, com vários deles sendo presos ou feridos.

Em função dos objetivos do MPL (Movimento Passe Livre) de manter os protestos até a revogação do aumento das tarifas, cada vez mais pessoas passaram a aderir às manifestações na cidade de São Paulo, espalhando-se pelo país, sobretudo por convocações feitas na Internet. Não era apenas a pauta da mobilidade urbana que era tema de reivindicação, mas uma série de outras questões que ainda causam insatisfações à grande parte dos brasileiros, como a qualidade da prestação dos serviços públicos, a corrupção e a oposição à emenda constitucional 37, que estava em vias de ser votada no Congresso Nacional (PEC/37), a qual pretendia retirar do Ministério Público seu poder de investigação. Isto demonstra que não foi somente o aumento em vinte centavos, no transporte público, que motivou as massas a irem às ruas.

Além disso, outro tema que emergiu, com vigor, durante os protestos que coincidiram com a realização da Copa das Confederações⁴, foi o gasto, por parte do poder público, com a construção de alguns estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, em que vários dos manifestantes expressavam, através dos seus cartazes, sua insatisfação; ao mesmo tempo em que consideravam como insuficientes os investimentos para melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

1. Movimentos sociais: o que há de novo?

Os episódios de comportamento coletivo se manifestam, quando surgem condições de tensão, e antes que os meios sociais tenham sido mobilizados para atacar as causas dessa mesma tensão. Seria esse o motivo para se considerar o comportamento coletivo como não institucionalizado (PASQUINO, 1998).

Gohn (2012) frisa que grande parte das análises até a década de 60 esteve concentrada no estudo dos movimentos operários e das lutas sindicais. Com isso, outras formas de ação coletiva (HERBELE, 1951), como o movimento dos camponeses e dos negros, ficavam de fora da análise. No entanto, a intensificação de movimentos sociais que assumiam novos matizes, como os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos estudantis na Europa forçaram uma nova mudança de paradigma, dando origem à Teoria da Mobilização de Recursos. Com essa teoria, as mobilizações coletivas “foram analisadas segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos são as organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias” (GOHN, 2012, p. 333).

Como frisa Gohn (2012), ainda na década de 60, na Europa, os novos movimentos sociais inauguraram um novo modelo de ação social, representado por duas vertentes: a Neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais.

Diferente das abordagens marxistas clássicas, as quais privilegiavam a análise institucional das organizações em detrimento dos aspectos organizacionais dos movimentos, os estudos marxistas contemporâneos dão ênfase à formação dos movimentos sociais,

⁴ Torneio organizado pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) do qual participam oito seleções, sendo seis campeãs dos seus respectivos continentes, a última vencedora da Copa do Mundo e a seleção do país sede.

surgidos a partir da “organização de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos” (GOHN, 2012, p. 173).

A teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), por seu turno, estabeleceu um novo circuito analítico, tendo como horizontes principais a cultura, a identidade, as lutas sociais cotidianas, os laços de solidariedade entre os participantes de grupos ou movimentos sociais (GOHN, 2012).

Outros traços importantes para a compreensão dos movimentos sociais na América Latina e, em particular, no Brasil (GOHN, 2012), foram as mudanças advindas da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados com o fim da ditadura, os quais inauguraram um novo ciclo de movimentos e lutas “menos centradas na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social” (GOHN, 2012, p. 338).

Se, nas abordagens marxistas-estruturalistas, os movimentos sociais eram identificados como produtos da ação histórica ante as contradições do sistema econômico capitalista (MACHADO, 2007), hoje tal leitura falha em dar conta da complexa dinâmica que os caracteriza, pois, para além da luta de classes, estes movimentos têm assumido uma miríade de causas e bandeiras de luta. Assim, com o desenvolvimento de uma nova dinâmica das lutas sociais, convencionou-se designar por “novos” ou “novíssimos” movimentos sociais os movimentos que não podiam mais ser interpretados à luz das teorias predominantes (MACHADO, 2007).

Castells (2003) afirma que os movimentos sociais do século XXI se caracterizariam como ações coletivas deliberadas, que buscam transformar valores das instituições e da sociedade e que se manifestam na e pela Internet. Ele entende, no entanto, que a distinção entre movimentos sociais velhos e novos é, de certa forma, enganosa, citando a persistência de movimentos da Era Industrial, como o movimento operário, nos dias de hoje, embora tendo redefinido e diversificado seus valores e pressupostos. Por isso, o sociólogo prefere referir-se aos movimentos atuais como “movimentos sociais na sociedade em rede” ou mesmo “movimentos sociais na Era da Informação”, apontando como características que lhe seriam próprias, em primeiro lugar, sua mobilização em torno de valores culturais, na medida em que lutam “para mudar os códigos de significado nas instituições e na prática da

sociedade” (2003, p. 116); a necessidade de possuírem o mesmo alcance global dos poderes estabelecidos, produzindo, por meio de ações simbólicas seu próprio impacto na mídia, efeito que se evidenciaria com mais nitidez em movimentos que, enraizados em seus contextos locais, buscam levantar questionamentos globais; e, finalmente, o fato de terem vindo preencher um vazio de representação, provocado pela crise das organizações verticais e hierarquizadas, herdeiras das instituições da Era Industrial.

A terminologia adotada por Castells (2003) – movimentos sociais na Era da Informação ou movimentos sociais na Sociedade em rede – mostra-se mais adequada ao MPL. Fora o fato de evitar uma separação artificial entre “velhos” e “novos” movimentos sociais, como dito anteriormente, esta terminologia tem a vantagem de focalizar o papel desempenhado pela Internet para o tipo de movimento social que está surgindo. A Internet é, para eles, mais que instrumento: é seu meio de comunicação, é “a infraestrutura material de uma determinada forma organizacional: a rede” (CASTELLS, 2003, p. 116).

Além disso, a adequação do MPL à categoria proposta por Castells (2003) se mostra mais evidente, ao confrontarmos as características assinaladas pelo sociólogo espanhol com a natureza e o tipo de organização apresentada pelo movimento.

Ao defender o transporte público gratuito para todos, o Movimento Passe Livre desafia códigos institucionais estabelecidos e práticas arraigadas em nossa sociedade (como, por exemplo, a distribuição de concessões públicas de transporte, por parte dos governantes, a empresas privadas em troca de financiamento eleitoral). Além disso, a partir de uma demanda particular e localizada, o movimento discute temas com ressonância global, na medida em que, indiretamente, faz uma crítica profunda ao capitalismo global, ao mesmo tempo em que faz apologia à produção de novas experiências de organização social, horizontais, descentralizadas, autônomas e não-institucionais, em alternativa ao tradicional modelo de representatividade democrática. Finalmente, é na Rede que o MPL tem seu principal instrumento de atuação, articulação, organização, veiculação de informações, mobilização de integrantes e engajamento de novos participantes.

Articular e mobilizar as classes dominadas possibilitaria um ganho significativo de força, a qual, levada a cabo coletivamente, teria um resultado muito maior do que a simples soma das forças individuais de cada pessoa envolvida nesse processo (Corrêa, 2012, p.80).

Além disso, a articulação e a organização para intervir nos conflitos e lutas permite transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social, conforme aponta Bakunin apud Corrêa (2012, p.80):

É verdade, há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo, incluindo aquela das classes; todavia, por falta de organização, a força espontânea não é uma força real. Ela não está em condição de sustentar uma longa luta contra forças muito mais fracas mas bem organizadas. Sobre essa incontestável superioridade da força organizada sobre a força elementar do povo, repousa todo o poder do Estado. Eis por que a primeira condição da vitória do povo é a união ou a organização das forças populares. (BAKUNIN, 2009, p. 67).

O Movimento Passe Livre (MPL) nasce em 2005, com a leitura da carta de princípios da organização por um de seus idealizadores, Marcelo Pomar, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. De acordo com o próprio Marcelo Pomar⁵, o MPL faz parte de um processo histórico que remonta aos anos oitenta, com a luta dos estudantes cariocas pelo passe livre. Mas as bases do movimento propriamente dito já haviam sido fincadas em Florianópolis desde os anos 2000, quando um grupo pequeno de pessoas que faziam parte de uma organização de jovens do PT, a Juventude Revolução, começa a levar o debate do passe livre às escolas da capital catarinense. Já fruto desse processo, em 2004, houve uma grande movimentação do movimento estudantil contra o aumento das passagens de ônibus em Florianópolis, conhecida como Revolta da Catraca, que conseguiu revogar o reajuste, vitória que deu força ao surgimento do movimento no ano seguinte (MPL, 2013, p.24).

De acordo com Marcelo Pomar⁶, foi a partir das ações vitoriosas que os estudantes catarinenses, organizados em torno do passe livre, decidiram unificar a luta pelo transporte em todo Brasil. Nesse ponto, os articuladores iniciais do MPL não tinham mais ligação com a Juventude Revolução ou com a Juventude do PT. Depois de uma primeira tentativa de encontro nacional em Florianópolis, e contando com a ajuda do Centro de Mídia Independente (CMI) que os colocou em contato com vários grupos que discutiam o passe

⁵ Entrevista concedida ao site Brasil de Fato e publicada em 25 de julho de 2013. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/13683>> Acesso em: 04 jun. 2014.

⁶ Idem.

livre, o movimento, como já afirmado acima foi fundado em 2005, por ocasião do Fórum Social Mundial. Na ocasião, por meio de sua carta de princípios, o MPL se define como:

(...).um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior (MPL, 2013, p.24).

Para Marcelo Pomar⁷, o movimento tem um ponto de virada importante com o aprofundamento da temática, que se amplia com a passagem da luta pelo passe livre estudantil para a Tarifa Zero, a partir de uma revisitação, pelo MPL, do projeto Tarifa Zero proposto pela Prefeitura de São Paulo na gestão (1989-1992) da então petista Luiza Erundina (LOCATELLI, 2013).

A Tarifa Zero é uma bandeira muito mais ampla e universal que o passe livre, pois quer garantir a todos os cidadãos o pleno direito à cidade pelo entendimento de que o transporte público é um serviço essencial, tão importante quanto a educação e a saúde.

2. MPL, cidadania e mídia

A redefinição da esfera pública social tal como a conhecíamos é inegável. O fenômeno denominado de "mídiatização da esfera pública" confere novos significados e possibilidades ao efetivo exercício da cidadania nos tempos atuais.

Para Canclini (1997, p. 247-248), é no contexto da apropriação da cena pública pelos meios eletrônicos de comunicação, que se converteram nos principais formadores do imaginário coletivo, que estão presentes os cenários de consumo onde se forma o que poderíamos chamar de bases estéticas da cidadania.

O exercício da cidadania na esfera pública contemporânea assume parâmetros bem diferenciados. Segundo Barbalet (1989, p. 11-12), a cidadania encerra manifestamente uma dimensão política, mas a prática mostra que isto não é suficiente para que ela seja compreendida. O problema está em quem pode exercê-la e em que termos. A questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. Por exemplo, da ágora

⁷ Ibidem.

grega não participavam escravos, mulheres e metekes (estrangeiros). No Brasil, a mulher e os analfabetos só adquiriram o direito de votar em 1932 e 1985⁸, respectivamente. Assim, dependendo do período histórico e do país ou lugar, só uma parcela da população pode exercer plenamente a cidadania.

Gomes (1998, p.163-164) ressalta a decadência da esfera pública moderna. Ele ressalta a diluição entre os contornos das esferas pública, privada e íntima e identifica a perda das três características básicas da esfera pública que são a acessibilidade, a discursividade e a racionalidade, sem falar na degeneração do seu resultado mais essencial, a opinião pública. E é justamente a vinculação da esfera pública aos *mass media* e a *mass culture*, a sua submissão a estes, o fenômeno que configura da maneira mais evidente a degeneração da esfera pública moderna.

Nesse contexto, o exercício da cidadania torna-se cada vez mais complexo, já que o público enquanto tal (GOMES, 1998, p. 163-164) é substituído, pelas negociações entre organizações e entre partidos, que são as formas pelas quais os interesses privados ganham configuração política. Essa participação do público de forma esporádica e plebiscitária redimensiona as formas de participação popular nas grandes decisões da esfera pública. As posições de pretensões ainda têm que ser mediadas discursivamente, mas não no interior da esfera pública e sim para e diante da esfera pública.

O MPL não é um movimento que questiona apenas a gestão privada de um serviço essencial como é o transporte, tampouco se esgota na questão mais ampla de efetivação do direito à cidade. Mais do que isso, o movimento é um ensaio para uma nova organização do transporte, da cidade e da sociedade, apontando para um efetivo exercício da cidadania, ao

⁸ Durante o Brasil colônia, havia o voto, segundo as ordenações do Reino, quando uma pessoa ouvia os que não sabiam escrever. Era o chamado voto “cochichado”. Do século XVI até o início do século XIX, o voto dos analfabetos sofreu algumas restrições em determinadas ocasiões, mas foi, de certa maneira, preservado. Começa o Império, e o analfabeto ainda vota. Oito anos antes da instituição da República no Brasil, os analfabetos perderam o direito de votar e de participar da vida política do país. A Lei Saraiva (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881) retirou dos analfabetos a possibilidade de voto, ao estabelecer o chamado “censo literário”, proposto por Rui Barbosa, que exigiu do eleitor o saber ler e escrever corretamente.[...] Foi somente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que os analfabetos recuperaram o direito de votar, agora em caráter facultativo. [...] a Constituição Cidadã de 1988 manteve inegáveis os inalistáveis e os analfabetos. Mas assegurou às pessoas analfabetas, definitivamente, o direito ao voto, em caráter facultativo. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 8 dez. 2014

ocupar as ruas, retomando, plenamente, a esfera pública, sem que a mídia atue como intermediária entre a população e o poder público. Nesse sentido, movimentos como o MPL, ao insistirem na defesa de demandas viáveis e legítimas, como a Tarifa Zero, por exemplo, mas que são impossíveis de alcançar no atual estado de coisas, opõem-se indiretamente contra o capitalismo global, na medida em que o obriga a expor suas inconsistências e assumir suas contradições. Essa necessidade que o sistema capitalista tem de “quebrar suas próprias regras” (ZIZEK, 2013, p. 197) gera um espaço de intervenção política, pois “exigir coerência e consistência em pontos estrategicamente selecionados nos quais o sistema não consegue se manter coerente e consistente é uma forma de pressioná-lo como um todo” (ZIZEK, 2013, p.188).

O MPL representa também uma tendência dos novos movimentos sociais no século XXI:

Assim, as respostas localizadas, em diferentes cidades, por parte do movimento social, especialmente o movimento estudantil, contra aumentos nas passagens de ônibus urbanos, acabaram por se tornar o estopim das enormes manifestações que ocorrerão por todo o país em junho de 2013. Não se trata de uma explosão de pura espontaneidade, mas da primeira manifestação massiva da nova forma que assumem os movimentos sociais no Brasil do início do século XXI, momento significativo de uma transição que já tinha também a sua história (BOLANO & CABRAL, 2014, p.16).

No entanto, foi com as “Jornadas de Junho de 2013” que o MPL e a pauta pela Tarifa Zero se tornaram nacionalmente conhecidos, conseguindo, pela magnitude dos protestos – que, além do transporte, fossem incluídos os mais diversos temas, como reforma política, saúde, educação, moradia, todos eles emoldurados pelas críticas aos gastos com a Copa do Mundo – “reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades no país” (MPL, 2013, p. 28).

Para Guerra (AGUILAR et al, 1999, p. 93), os meios de comunicação e os jornalistas devem renunciar à tentação de substituir aos partidos e instituições, ou de ser utilizados como plataformas de grupos de poder para fins antidemocráticos. A missão dos meios não é a de pretender substituir as instituições que não funcionam, mas, sim, contribuir para que estas funcionem e se consolidem. Qual teria sido o papel do jornal O Estado de São Paulo,

como representante da mídia convencional, na cobertura dos protestos de junho de 2013, desencadeados pela agenda do MPL?

3. O MPL n'O Estado de S. Paulo

O jornal *O Estado de S. Paulo*, fundado ainda no período monárquico em 1875, com o nome de *A Província de São Paulo* e que tinha o republicanismo como um dos seus ideais, é um dos mais antigos e tradicionais veículos de mídia do país. Ao longo dos anos, buscou mostrar ao leitor seu posicionamento político não só a favor da república, mas também da Revolução de 1930, da Revolução Constitucionalista de 1932, de oposição ao Estado Novo e de apoio ao golpe militar de 1964 que, posteriormente, trouxe problemas na atuação do jornal, pois o Estadão foi também um dos principais veículos de mídia atingido com a censura estabelecida pelo regime militar, já que passou a criticá-lo.

As matérias analisadas compreendem os dias 7 a 24 de junho de 2013, publicadas no caderno *Metrópole*, que abrange a cobertura dos primeiros protestos até a repercussão sobre o cancelamento do reajuste, por parte da prefeitura e do governo do Estado.

No dia 7 de junho, o *Caderno Metrópole* publica a primeira matéria sobre o protesto organizado pelo MPL, ocorrido no dia anterior, contra o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô, em vigor desde o dia 2 de junho.

Com a manchete “Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro”, a principal matéria sobre a manifestação tem como foco os transtornos causados pelo ato com destaque à obstrução de vias públicas e ressaltando que o reajuste foi abaixo da inflação desde o aumento registrado em 2011 na gestão Gilberto Kassab, o que demonstra a postura de jornal de desqualificar a oposição do MPL ao reajuste. Além disso, enfatizou o confronto de policiais contra manifestantes, sendo estes os responsáveis por atirarem pedras contra a polícia, que respondeu com o uso de gás lacrimogêneo.

Na mesma página, *Metrópole* traz uma breve entrevista com Nina Cappello, que foi descrita como militante do MPL. Em cinco perguntas, o jornal questiona os propósitos do movimento, quem arcaria com os custos da implementação das propostas do MPL e a ligação com partidos políticos, além de episódios de violência durante o protesto, o que leva a apreender um desconhecimento de setores da mídia no tocante à estruturação dos

movimentos sociais, como se a atuação de todos eles estivesse atrelada necessariamente a partidos políticos.

No dia 8 de junho, *Metrópole* dá prosseguimento à cobertura com outra matéria a respeito de manifestação realizada no dia anterior, e organizada pelo MPL, também focando nos transtornos causados ao trânsito; o que dá margem a uma provável crítica aos protestos devido a já conhecida realidade caótica do trânsito paulistano. Acrescenta ainda que as manifestações forçaram o comércio a encerrar suas atividades mais cedo devido aos protestos. No entanto, a matéria traz uma informação creditada a um dos porta-vozes do MPL, não foi identificado na matéria, de que esse protesto serviria como divulgação de outro ato a ser realizado no dia 11 de junho, demonstrando a firmeza do MPL em não recuar até a revogação do aumento e na tentativa de ganhar mais adeptos para a causa.

A matéria cita uma pesquisa que teria sido realizada, na internet, pelos organizadores dos protestos. a qual perguntava se deveria ou não haver ações de vandalismo na manifestação. A maioria dos internautas votou não e que o protesto fosse filmado para posterior divulgação. As outras opções eram: “Sem vandalismo, mas se a polícia vier para cima, nós vamos para cima deles”, “Fazer muito barulho e parar o trânsito” e “Com vandalismo! Tem que quebrar e dar motivo para falarem!”, ou seja, uma clara alusão ao componente da violência nos protestos como algo deliberado pelos manifestantes.

Na mesma página, há um pequeno texto com o título “Grupo reúne até alunos de escola privada”, o que dá margem a um entendimento de que “até” pessoas que não seriam necessariamente atingidas com a pauta do transporte público, por serem de classe social mais abastada, participam dos protestos que vêm causando transtornos na cidade, ou seja, desqualificando a pauta do movimento como algo que se estende ao cotidiano das cidades. Além disso, a nota enfatiza a presença de militantes de partidos e grupos políticos.

Ainda no dia 8 de junho, *Metrópole* traz matéria com a manchete “SP cobrará prejuízos na Paulista do movimento” referente à manifestação do dia 6 na Avenida Paulista, principal via da capital e onde se encontra a sede de grandes empresas do país. No entanto, no corpo da matéria não há qualquer menção de que os atos de dano ao patrimônio hajam sido causados pelos integrantes do MPL. O que a matéria diz é que “O governo do Estado vai acionar judicialmente os responsáveis pelos danos ao patrimônio público causados

durante os protestos do Movimento Passe Livre (MPL)” (OESP, 8 jun 2013), responsável pelos atos de destruição. Só um pequeno parágrafo é dedicado ao MPL para se defender. A militante Nina Cappello se diz contra a responsabilização dos atos de depredação ao MPL, por não terem sido provocados pelo movimento e que o confronto com a polícia teve início após a ação dos policiais, diante de uma manifestação pacífica.

No dia 9 de junho, após o MPL já haver organizado dois protestos contra o reajuste, *Metrópole* traça um perfil do movimento, num primeiro momento com uma tentativa de associação a partidos políticos, devido à presença de bandeiras de partidos nas manifestações, embora o MPL se declare antipartidário. O próprio título da matéria “O movimento que parou SP quer causar” e o subtítulo “Grupo se recusa a falar com Haddad e aposta no conflito para reduzir tarifas de ônibus na capital” passam uma imagem de superficialidade do movimento e a responsabilização pelos atos de vandalismo. Além disso, afirma que o movimento tinha simpatia e proximidade com o Partido dos Trabalhadores na capital antes deste chegar à prefeitura em 2012. Aponta as redes sociais como fator de mobilização do movimento, embora traga uma historicização superficial, citando, apenas, a luta em outras cidades e, em São Paulo, com uma linha do tempo, com as manifestações em gestões municipais anteriores, sem, contudo, aprofundar as propostas do MPL. Além da utilização de imagens retratando objetos queimados nas manifestações, o que reforça a ideia de baderna, difundida pelo jornal, de que o MPL, supostamente, viria a produzir.

No dia 13 de junho, *Metrópole* noticia uma reunião ocorrida na véspera entre MPL e Ministério Público do Estado (MPE). O registro denota o grau de importância adquirido pelo movimento. O próprio *Estadão* o reconhece na medida em que o MPL passa a participar de fato, junto com as autoridades, da tentativa de resolução dos impasses causados pelo reajuste, como a proposição da suspensão do reajuste por 45 dias, para que uma comissão pudesse avaliar as planilhas de custos das empresas de transporte. Além da notícia e na mesma página, há uma entrevista com Caio Martins, descrito como porta-voz do movimento, embora o foco de parte das perguntas seja os atos de vandalismo praticados nos protestos. Também no mesmo dia, *Metrópole* traz uma nota se referindo à ação do MPL em arrecadar fundos, para custear a fiança de manifestantes presos no protesto do dia 11, através

de doações feitas pela internet; contudo, a matéria não revela se são membros do movimento ou outros manifestantes.

No dia 15 de junho, *Metrópole* apresenta a reportagem “Alckmin volta a falar em ‘vandalismo’ e Haddad só fará reunião após protesto” sobre o protesto organizado pelo MPL no dia anterior, que se configurou como o mais violento desde então devido à “forte reação da polícia militar” (OESP, 15 jun 2013); ou seja, o jornal passa a reconhecer a atuação desproporcional do efetivo policial nas manifestações. Além disso, traz a posição do prefeito Fernando Haddad que critica a atuação da polícia, o que, no discurso do jornal, motivou uma mudança de posição da prefeitura que entendia que “a violência impedia o diálogo com o MPL em relação ao movimento, a ponto de convidar as “lideranças” do MPL para uma reunião do Conselho da Cidade marcada para o dia 18 de junho, embora mantivesse a posição de não revogar o reajuste. O MPL se manifestou favorável ao convite da prefeitura, no entanto, afirma que, das várias vezes que o prefeito prometeu diálogo com o movimento, essa era a primeira vez que se concretizava.

Já o governador Geraldo Alckmin “manteve ontem duro discurso”. Ele classificou as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) como ações “políticas” e “vandalismo” (OESP, 15 jun 2013); posição essa que não foi compartilhada pelo jornal, o que reafirma a mudança no tom da cobertura sobre o MPL.

Ainda no dia 15, *Metrópole* traz matéria sobre grupos que passaram a atuar nos protestos como os Black Blocs em “Por dentro da ‘Tropa de Choque’ dos protestos”. Além disso, faz um breve histórico de manifestações populares na cidade, nos últimos anos, como os protestos contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 2001, para, em seguida, falar do surgimento do MPL e sua atuação, com depoimento de membros do grupo, como já havia abordado em matérias anteriores. E, nesse caso, sem associação do movimento a atos de vandalismo.

No dia 16, a matéria “Manifestantes vão filmar e denunciar ação de vândalos” é sobre a iniciativa do MPL, em conjunto com a Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL) e o coletivo Juntos!, em filmar os protestos, a fim de identificar os responsáveis de danificar o patrimônio público nas manifestações, possivelmente como uma forma do MPL se precaver de ser apontado como o responsável por tais atos. Além disso, a matéria dá

espaço para os integrantes do movimento denunciarem a presença de policiais infiltrados, de forma anônima, entre os manifestantes, a fim de cometerem ilegalidades, para que sejam atribuídas ao MPL. Os membros do MPL afirmam, também, que a atuação da polícia, que ia desde a prisão de manifestantes por portarem vinagre até o uso excessivo do armamento contra os participantes dos protestos, acabou por estimular o confronto com os manifestantes e por dificultar a identificação de quem estava destinado a provocar destruição. A matéria encerra informando mais uma manifestação convocada pelo MPL, para o dia seguinte, através do Facebook.

Na mesma página, há uma nota ‘Haddad não quer negociar, quer nos enrolar’, diz MPL” em que os integrantes do MPL classificam como “enrolação” a atitude do prefeito em convidar os militantes para uma reunião do Conselho da Cidade, que, por ser de caráter consultivo, não seria eficaz para uma possível negociação entre MPL e a administração municipal. Já outra nota “Movimento prepara protesto nacional”, publicada no dia 17, informa da pretensão do MPL em promover um dia nacional de protestos para o dia 20 de junho, em conjunto com outros movimentos que apóiam a sua causa.

Para Soares (2009, p. 141-142)

O jornalismo só tangenciaria as questões sociais, em especial nos eventos pontuais agudos (acidentes, calamidades, ocupações), de modo que os direitos sociais ligados à terceira geração da cidadania não formam um assunto privilegiado pela imprensa [...] No entanto, cessadas as circunstâncias imediatas do acontecimento, o assunto tende a desaparecer do noticiário ou a restringir-se a pequenas notas nas páginas policiais.

Isso confirma como a cobertura do Estadão alterou, ao longo dos dias, a visão sobre o MPL em junho de 2013 e que, certamente, sem o apoio popular que as manifestações e as pautas do movimento adquiriram, a associação da violência aos atos de rua promovidos pelo movimento teria prevalecido nas matérias publicadas na seção *Metrópole* e não apenas no início de junho de 2013 com os primeiros protestos; situação essa que Soares (2009, p. 139) ainda ajuda a entender, pois

O “âmbito” dos meios é o circuito constituído por editores, jornalistas e pelos leitores (que provêm, em geral, da classe média), enquanto os direitos sociais são, via de regra, reivindicados pelas maiorias, que são os pobres. É possível supor, portanto, que, em parte, os temas sociais não frequentem as preocupações de diretores de jornais, jornalistas e mesmo leitores por uma questão de pertencimento social.

Depois de dias de protestos, em 19 de junho o prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin, além do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, anunciaram a revogação do aumento das tarifas dos transportes públicos em 20 centavos, embora todos procurassem enfatizar, nos seus discursos, um eventual impacto da redução nas contas públicas e que implicaria corte nos investimentos. No dia 20, a matéria intitulada “SP e RJ anunciam redução de tarifas e MPL promete ato pacífico hoje” e com uma grande foto de membros do MPL comemorando, traz um depoimento de Caio Martins do MPL, ressaltando a mobilização do movimento, para alcançar seu objetivo imediato; além da iniciativa do MPL em manter mais um ato para o mesmo dia, que também estava previsto para ocorrer em outras capitais. Já o restante da matéria se dedicou a reproduzir trechos dos discursos do prefeito e do governador de São Paulo sobre as eventuais dificuldades que a redução traria para os cofres públicos, denotando que a pressão popular foi crucial para a tomada de decisão dos governantes a favor da principal bandeira do MPL, já que ambos se mostravam intransigentes por terem, repetidas vezes, afirmado que não cederiam em relação ao reajuste.

Ainda no dia 20 de junho, a matéria “Integrantes do MPL choram e festejam em bar”, *Metrópole* traz matéria claramente favorável ao movimento. Ao descrever a descontração e alegria dos integrantes do MPL, o texto se opõe, radicalmente, às primeiras notícias que necessariamente associavam o MPL aos atos de violência; além de frisar que seus membros souberam da redução do aumento primeiramente por meio de um repórter do jornal antes do pronunciamento conjunto do prefeito e do governador, dando espaço para falas de militantes sobre o episódio.

No dia 21, a matéria “MPL marca discussões sobre a tarifa em SP” aborda as ações do movimento perante os protestos que já se espalharam pelo país. Há espaço para que o militante Caio Martins ressalte o transporte público como a principal pauta do movimento. No entanto, a maior parte da matéria aborda o repúdio, por parte dos manifestantes em geral, à presença de bandeiras e de simpatizantes de partidos políticos, em atos em diversas cidades do país.

No dia 24, *Metrópole* publica a matéria “Movimento Passe Livre apóia ato na periferia”, onde menciona a iniciativa do MPL em suspender, temporariamente, os protestos contra o aumento de passagens, além do apoio ao ato organizado pelo Movimento Periferia Ativa, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); e que tinha como pauta questões como saúde, educação e congelamento do valor dos aluguéis. A matéria também assinala a iniciativa do MPL em promover encontros em regiões da cidade de São Paulo, com intuito de divulgar as propostas do movimento, além de dar espaço à fala do militante Lucas Nogueira, que esclarece que partidos de esquerda apóiam o movimento, embora não faça menção a qualquer atrelamento do MPL a alguma organização partidária.

Considerações finais

Observa-se que à medida que a população sai às ruas em todo o país e as demandas originalmente apresentadas pelo MPL se amplificam e se desdobram, o jornal *O Estado de São Paulo* muda seu posicionamento paulatinamente, conferindo maior importância à cobertura dos protestos, e dando mais espaço às falas dos participantes do MPL que conquistam, na mídia, o espaço já conquistado na rua. Este reconhecimento da retomada do protagonismo político dos sujeitos populares através da ocupação das ruas e do renascimento da esfera pública, no campo político, neutraliza a tentativa da mídia convencional em se colocar como intermediária do contato entre Estado e a população, tendo em vista que os representantes do MPL vão diretamente ao Estado, para tentar negociar sua pauta de reivindicações, como bem retrata *O Estado de São Paulo* em sua cobertura. Isso significa uma nova forma de exercer a cidadania, de ocupação do espaço social e de reposicionamento da mídia convencional diante dos movimentos sociais organizados da sociedade civil.

Ainda em 2013 o Congresso Nacional, pressionado pelas pautas das ruas, promoveu uma série de votações de projetos com forte apelo popular, conhecido como agenda positiva⁹. No entanto, poucas foram as proposições que realmente foram aprovadas pelo

⁹ GUERREIRO, Gabriela; FERNANDA; Odilla. Vitrines da “Agenda Positiva” do Congresso estão no papel. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1307596-vitrines-da-agenda-positiva-do-congresso-estao-no-papel.shtml>> Acesso em: 16 out 2010.

Congresso e tornaram-se leis. Dentre esses projetos que tiveram um andamento acelerado, por conta dos protestos de junho de 2013, está o do Passe Livre que, até o final de 2013, ainda aguardava votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para, se aprovado, ser encaminhado à votação em plenário¹⁰.

Já em 2014, dentre os três candidatos à presidência da república que receberam maior cobertura midiática das suas campanhas no primeiro turno após o início do horário eleitoral gratuito, apenas a candidata Marina Silva do Partido Socialista Brasileiro (PSB) se comprometeu, por meio do programa de governo, a criar o passe livre estudantil¹¹

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Miguel Ángel et alli. *Medios de Comunicacion y Cultura Politica*. Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1999.

BARBALET, J. M. *A Cidadania*. Lisboa, Estampa, 1989.

BAKUNIN, Mikhail. *A Ciência e a Questão Vital da Revolução*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira. & CABRAL, Adilson Vaz. O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.1-21, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/667/459>. Acesso em: 8 dez. 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos – Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

CASTELLS, Manuel. *Galáxia da Internet: reflexão sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

¹⁰ DOURADO, Kamila; MARTINS, Carolina. Congresso encerra 2013 sem votar passe livre nem projeto de combate a corrupção. **Portal R7**. Disponível: <<http://noticias.r7.com/brasil/congresso-encerra-2013-sem-votar-passe-livre-nem-projeto-de-combate-a-corrupcao-29122013>> Acesso em 16 out 2010.

¹¹ Marina propõe fim da reeleição e passe livre para os estudantes. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/marina-propoe-fim-da-reeleicao-e-passe-livre-para-estudantes,Ofaa911484328410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>> Acesso em 16 out 2014.

CORRÊA, Felipe. Anarquismo, classe, poder e transformação social. Em Debate (UFSC. Online), v. 8, p. 69-89, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/27410>. Acesso em: 8 dez.2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2012.

GOMES, Wilson. Esfera Pública e Media: com Habermas contra Habermas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria G. e PINTO, Milton José (orgs.) *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p.155-185.

HERBELE, Rudolf. *Social Movements: An Introduction to Política Sociology*. Nova York, Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.

LOCATELLI, Piero. *#VemPraRua – As revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACHADO, Jorge Alberto Silva. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, PortoAlegre, p.248-285, n. 18, Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>> Acesso em: 4 jun 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: *Cidades Rebeldes*. Boitempo editorial, 2013.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI (Eds.) *Dicionário de Política*. Vol. 2, pp. 787-92. Brasília: Ed. UnB, 1994.

SOARES, Murilo Cesar. *Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2009.

ZIZEK, Slavoy. Problemas no Paraíso. In: *Cidades Rebeldes*. Boitempo Editorial, 2013.